

Doi: <https://10.4025/cadadm.v32i1.72688>

A INTRUSÃO DAS ÁGUAS

 Leticia Fantinel¹

O mês de maio de 2024 ficará marcado na história do Rio Grande do Sul. Enchentes de proporções maiores que as que já haviam sido registradas na região atingiram 94% dos municípios do estado, deixando um rastro de devastação sem precedentes. Embora, no cenário nacional, o número de mortes humanas contabilizadas até o momento do lançamento deste editorial não se configure como o mais alto da história recente em eventos do tipo – as chuvas de 2022 em Petrópolis, por exemplo, vitimaram fatalmente mais de 240 pessoas – o quantitativo de 176² ainda é chocante.

As chuvas tiveram início ainda no final de abril, na Região dos Vales, a cerca de 150km de Porto Alegre, e se espalharam rapidamente por várias regiões. Ao longo de mais de 10 dias, essas precipitações sobrecarregaram as bacias de importantes rios como o Taquari, o Jacuí e o Sinos, além do próprio Guaíba, impedindo o escoamento e inundando as cidades. Em Porto Alegre, o mês de maio ultrapassou em volume de chuva todas as marcas históricas desde o início das medições, em 1916. Superaram-se os registros de grandes cheias como a distante 1941³(que deixou marcas no imaginário gaúcho e na infraestrutura física da cidade) e a recente 2023⁴(foram três enchentes pelo estado, sendo a última em novembro). As fortes chuvas, aliadas à incapacidade de resposta das instâncias locais de gestão, fizeram com que os efeitos se prolongassem por semanas, estendendo-se até o presente junho, em que novas enchentes

¹ Professora no departamento de Administração da Universidade de Brasília e no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. Concluiu recentemente um pós-doutorado em Estudos Humano-Animais na Universidade de Lisboa realizando pesquisa sobre contextos de desastres. Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia, mestra e bacharela pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das unidades mais afetadas pelas enchentes da UFRGS. Ex-moradora da região metropolitana de Porto Alegre, onde ainda tem humanos e não humanos queridos.

Pesquisadora em Estudos Organizacionais sobre o tema relações organizações-animais e organizações-naturezas.
²<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/numero-de-mortos-nas-enchentes-do-rio-grande-do-sul- chega-a-176.shtml>

³<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv27272zd79o>

⁴<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/05/mortes-em-enchentes-no-rs-superam-tragedia-de-2023.ghtml>

marcam diversos municípios, sem que regiões ainda afetadas pelas primeiras chuvas estivessem em mínimas condições de recuperação.

A intrusão das águas – numa composição que faço com a Intrusão de Gaia, proposição teórica da filósofa belga Isabelle Stengers(2015) – é mais uma evidência da desregulação dos fluxos biogeoquímicos dos processos e dinâmicas ecológicos terrestres. Nosso planeta passa a cada vez mais figurar como uma questão política, social, científica, filosófica e mesmo existencial” (Costa & Veiga, 2021, p. 286). Isso significa que seres que antes a cosmovisão ocidental considerava “naturais”, ou seja, matéria inerte, adquirem capacidade de desestabilizar o relativo equilíbrio e aparente estabilidade planetária dos últimos milênios. A Terra se torna um agente político (Stengers, 2015), cuja história não mais pode ser contada em separado da história da vida, nem da história do capitalismo (Chakrabarty, 2013).

No Rio Grande do Sul, mais de dois milhões de pessoas foram atingidas, mais de meio milhão ficaram desabrigadas⁵. Estradas e construções foram destruídas. Regiões do interior do Estado do Estado⁶ ficaram ilhadas. Eldorado do Sul, cidade às margens do Guaíba, teve 80% dos domicílios inundados⁷. A prefeitura de Roca Sales, no Vale do Taquari, considera realocar 40% de sua população⁸. Unidades prisionais ficaram ilhadas e pessoas encarceradas dependeram de suas famílias, que se arriscaram para levar mantimentos e água, para sua sobrevivência⁹. A rodoviária da capital gaúcha esteve incapaz de operar por mais de um mês. O sistema de trens de superfície que liga a região metropolitana, o popular Trensurb, não tem previsão de retorno às operações normais, dificultando a circulação de trabalhadores, seu principal público¹⁰. O aeroporto de Porto Alegre também não deve voltar a operar antes do final de 2024¹¹, deixando o estado isolado em termos de circulação de pessoas e produtos. Um aeroporto emergencial foi estabelecido na base aérea da cidade de Canoas¹², com poucos (e caríssimos) voos, o que tem impactado a malha aeroviária de toda a região Sul.

Associada à tragédia humana, milhares de animais sofreram e ainda sofrem as consequências deste evento extremo. Protetoras, organizações não governamentais e da sociedade civil, como o Grupo de Resgate de Animais em Desastres, o GRAD, computam mais de dez mil animais resgatados¹³. Entre eles, cães, gatos e outros animais de companhia que não puderam ser levados com seus humanos – há relatos de pessoas que não tiveram autorização para carregar animais,

⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-05/cai-de-94-para-89-o-numero-de-desaparecidos-no-rio-grande-do-sul#:~:text=A%20cat%C3%A1strofe%20clim%C3%A1tica%20afetou%20mais,o%20registrado%20no%20boletim%20anterior>

⁶<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/07/rodoviaria-de-porto-alegre-reabre-apos-ficar-um-mes-fechada-ao-inundar-durante-enchente.ghtml>

⁷<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/05/eldorado-do-sul-foi-a-cidade-mais-afetada-pela-enchente-com-808-dos-domicilios-atingidos-clwtubax004q013ufsx8wazp.html>

⁸<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/rs-prefeitura-de-roca-sales-estuda-relocar-cerca-de-40-da-populacao>

⁹ <https://ponte.org/presos-do-rs-dependem-da-familia-para-nao-morrer-de-sede-dizem-parentes/>

¹⁰<https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/melo-se-reune-com-diretor-presidente-da-trensurb-para-discutir-retomada-das-estacoes>

¹¹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/18/governo-federal-e-fraport-discutem-situacao-do-aeroporto-de-porto-alegre-anac-analisa-reequilibrio-financeiro-da-concessao.ghtml>

¹²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/governo-cria-malha-aerea-emergencial-para-atender-o-rio-grande-do-sul>

¹³<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/09/mais-de-10-mil-animais-ja-foram-resgatados-no-rio-grande-do-sul-desde-o-inicio-da-tragedia.ghtml>

ou ainda que não tinham sido informadas pelo poder público sobre a proporção da chuva que estava por vir. Outros tantos resgatados são animais errantes, principalmente cães que viviam nas ruas. Outros ainda são animais explorados para o trabalho ou produção, como porcos e cavalos, que despertaram a sensibilidade de humanos ao lutar por suas vidas e que, por isso, a eles foi prometido o não retorno ao abate ou à exploração. Foram resgatados também animais silvestres, alguns de vida livre, outros tantos criados ilegalmente sob confinamento. Isso sem mencionar os incontáveis (ou incontados) que morreram afogados presos em gaiolas ou correntes, trancados em *pet shops*, em unidades de produção ou ainda exaustos de tanto nadar sem conseguirem encontrar um lugar seguro.

É comum que os estragos de grandes proporções causados por eventos climáticos extremos como este ocorrido no Sul, sejam referidos como “desastres naturais” (narrados como ocorrências independentes de nós e em grande medida inevitáveis e/ou imprevisíveis). Essa expressão esteve presente em quase todos os discursos de representantes do poder público local gaúcho, muitas vezes acionada na intenção de justificar sua própria inação por meio de uma suposta impossibilidade de evitação, previsão, planejamento ou resposta efetiva e imediata às ocorrências. Contudo, quem tem algum trânsito pela literatura acadêmica sobre o tema logo percebe que isso não faz sentido: desastres “naturais” não existem, nesse sentido (Kelman, 2020).

Quero dizer com isso que o que chamamos no senso comum de desastre “natural”, ou seja, as consequências devastadoras de chuvas, secas, incêndios, terremotos, entre outros, expressa sempre um emaranhamento de agências diversas, e esse emaranhamento inclui a agência humana (que muitas vezes tem uma força desigual se comparada a outras envolvidas). Isso não significa ignorar o risco de intempéries ou de eventos climáticos extremos; significa, sim, dizer que a ação humana muitas vezes amplifica ou causa as consequências danosas desses eventos. Essa causa ou amplificação pode acontecer pela ação direta via destruição de ecossistemas protetivos, manejo incompatível com o terreno, liberação e construção de infraestruturas de modo inadequado, sucateamento ou negligência com aparatos sociotécnicos de proteção ao risco, falta de ações de mitigação e adaptação aos riscos previstos, ausência ou insuficiência de políticas em resposta aos eventos extremos, entre muitas outras possibilidades. Isso sem contar a ação indireta, que faz com que ocorrências em outros locais, como destruição de biomas fora dali impactem locais que não sejam em suas imediações.

Pensar o desastre como um nó entre agências mais que humanas tem algumas consequências, mas a que quero me deter aqui é a possibilidade de engajar explicações relacionais e situadas para esses fenômenos, que seja capaz de endereçar respostas complexas a nosso relacionamento com as diferentes formas de vida na Terra, inclusive mas não apenas humanas. E, nessa complexidade, podemos entender de que forma eventos extremos recentes expõem continuamente a brutal desigualdade com que afetam populações humanas e não humanas.

As enchentes no Rio Grande do Sul atingiram desproporcionalmente aquelas e aqueles em maior condição de vulnerabilidade, algo que também já é conhecido de muitas acadêmicas e acadêmicos: a vulnerabilidade em tempo de desastre tem relação direta com a vulnerabilidade anterior ao desastre (Bolin, 2007; Irvine, 2009; Tierney, 2020). Populações humanas mais pobres, frequentemente racializadas, assim como populações quilombolas e indígenas distribuídas pelo estado foram penalizadas de modo desigual se comparadas às demais. Seus territórios estão historicamente mais expostos ao risco. Tiveram dificuldades no fornecimento de serviços públicos básicos, como drenagem, limpeza e água potável, e também menos atenção da mídia hegemônica, que deu por encerrada a cobertura da “fase crítica” da catástrofe enquanto

regiões inteiras ainda estavam submersas. Também tiveram menos possibilidades de se proteger e de salvar seus animais, por terem suas moradias submersas mais rapidamente, por disporem de menos recursos para levar entes queridos consigo, ou por terem sido, elas mesmas, resgatadas tardiamente. Abrigos para humanos e para animais localizados em locais mais pobres, como no bairro Mathias Velho, em Canoas, enfrentam maiores dificuldades de manutenção. Recebem menos atenção, menos doações, contam com menos voluntários.

Animais explorados para transporte, para comércio ou para consumo, vistos como propriedades humanas, também estão em maior vulnerabilidade que espécies tradicionalmente vistas como “de estimação”. O cavalo Caramelo¹⁴, icônico pelo improvável resgate realizado no alto de um telhado, ilustra a dramática situação a que muitos destes animais foram submetidos. Outros tantos, marcados corporalmente tanto quanto ele pelo uso prolongado de aparatos de submissão e controle para seu uso enquanto transporte, foram resgatados em condições menos mediatizadas, ou não sobreviveram. Isso sem falar nos animais vistos como pragas em habitats urbanos: não faltaram imagens de ratos e baratas tentando em vão proteger-se das águas acumulando-se, uns sobre os outros, em cima de pedras ou grades¹⁵.

A vulnerabilidade de um animal, seja ele humano ou não, é uma característica relacional emergente de um contexto no qual as relações de poder se dão de modo desigual (Júlio & Fantinel, 2021). No sistema capitalista, constituído pela exploração e opressão via produção e intensificação da desigualdade, frequentemente as vulnerabilidades desses humanos e desses animais estão entrelaçadas, são inseparáveis. Certos humanos e certos animais são percebidos como merecedores de direitos e outros não. Humanos de um lado da linha possuem mais direitos que os do outro lado da linha; animais de um lado da linha possuem mais direitos que os do outro lado. E a linha em si pode ser movida para que certos humanos sejam agrupados com alguns animais abaixo da linha, enquanto outros humanos permanecem separados (Demello, 2012).

A intrusão das águas, ecoando a Intrusão de Gaia de Stengers, não é apenas um desastre a ser gerido. Seu acontecimento revela as insuficientes reações frente à catástrofe ecológica, mas também um esgotamento político-epistemológico da ofensiva modernizadora ocidental, hoje materializada no neoliberalismo capitalista (Costa & Veiga, 2021). Isso nos confronta com a necessidade de novos entendimentos políticos, ou cosmopolíticos (Stengers, 2023), capazes de reconfigurar as relações entre as diversas formas de vida e suas lutas pela existência. A composição pode ajudar a conectar essas diferentes lutas pela diversidade dos modos de existir e, quem sabe, vislumbrar um futuro de produção de outros mundos. É com esse espírito, de composição cosmopolítica, que concluo este editorial, desejando boas leituras e boas reflexões ao leitorado da Caderno de Administração. Agradeço à equipe editorial pelo espaço na revista e pelo gentil convite feito pelos editores Josiane Oliveira e Márcio Cassandre.

¹⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuvas-no-rs-cavalo-caramelo-e-resgatado-apos-ficar-4-dias-ilhado-em-canoas/>

¹⁵<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/04/em-porto-alegre-baratas-invadem-ruas-do-centro-apos-inundacao.htm>

REFERÊNCIAS

- BOLIN, B. (2007). Gender and Disaster: Foundations and Directions. Em **Handbook of Disaster Research**. Springer.
- CHAKRABARTY, D. (Diretor). (2013). **Keynote “History on an Expanded Canvas: The Anthropocene’s Invitation”**. <https://mediathek.hkw.de/video/dipesh-chakrabarty--history-on-an-expanded-canvas--the-anthropocene-s-invitation--englisch->
- COSTA, A., & VEIGA, Á. B. E. da. (2021). O Acontecimento da Terra. **O que nos faz pensar**, 29(48), 277–303.
- DEMELLO, M. (2012). **Animals and Society: An introduction to Human-Animal Studies**. Columbia University Press.
- IRVINE, L. (2009). **Filling the ark: Animal welfare in disasters**. Temple University Press.
- JÚLIO, A. C., & FANTINEL, L. D. (2021). A produção da pandemia de Covid-19 e as relações organizadas entre humanos e outros modos de existência. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 8(2), 437–456. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2021.v8n2.413>
- KELMAN, I. (2020). **Disaster by choice: How our actions turn natural hazards into catastrophes**. Oxford University Press.
- STENGERS, I. (2015). **No tempo das catástrofes: Resistir à barbárie que se aproxima**. Cosac Naify.
- STENGERS, I. (2023). **Uma outra ciência é possível: Manifesto por uma desaceleração das ciências**. Bazar do Tempo.
- TIERNEY, K. (2020). **Disasters: A Sociological Approach**. Polity Press.